

A greve, o feijão e o sonho

Aloizio Mercadante Oliva*

Abalado por inúmeros movimentos grevistas, o sistema educacional público brasileiro atravessa atualmente um momento crítico que raras vezes em sua história se manifestou de forma tão aguda. No início do ano passado foram milhares de professores de 1.º e 2.º graus que paralisaram seus trabalhos. Agora, o Ministério da Educação e Cultura se debate com um movimento ainda mais indigesto: uma greve nacional que engloba 35 000 professores federais autárquicos, liderados pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), 60 000 funcionários administrativos das universidades e 250 000 estudantes. São 29 instituições de ensino superior que há mais de quarenta dias interromperam suas atividades. Trata-se, como se vê, de uma verdadeira batalha, cuja arma, a greve, e seus objetivos exigem um momento de reflexão. Antes de mais nada, a comunidade universitária engajou-se nesse processo de luta para reivindicar seu feijão e defender seu sonho.

A universidade tem sido, ao longo da História, um dos mais importantes patrimônios da sociedade, porque sua universalidade na produção e socialização do saber representa a transmissão da experiência cultural e científica de um povo. Assim, ela é uma instituição social de interesse público da qual não se deve esperar apenas a manutenção dos valores, das estruturas e das relações sociais vigentes. É sua função primordial, pelo contrário, refletir crítica e pluralisticamente sobre a melhor forma de transformar a sociedade — e é justamente nesse aspecto que repousa sua importância mais fundamental na evolução histórica dos homens. É para manter esse sonho, descrito em linhas gerais, que estamos em greve. O grande desafio que se coloca para a comunidade universitária neste momento é, sobretudo, garantir as condições materiais e políticas mínimas para que ela possa desenvolver esse papel social.

Lutamos em várias frentes e temos um adversário claro: o projeto de universidade que nos vem sendo imposto pela política educacional do governo, desde o início da década de 70. Tal projeto desserve a universidade em vários aspectos. Nota-se que há uma crescente desobrigação do Estado com relação à universidade. Tal postura tem sido acompanhada de um acelerado processo de privatização do ensino superior, uma política que desarticula projetos importantes de pesquisas e produção científica e deteriora qualquer projeto educacional voltado para a sociedade brasileira.

Os números mostram claramente essa atitude do MEC e do Conselho Federal de Educação para com o ensino superior. Reduziu-se, em 1984, para pouco mais de 37 cruzeiros cada 100 cruzeiros que o governo destinou à universidade em 1980. Mais: em 1962, por exemplo, as universidades públicas ofereciam 59,6% do total de matrículas em todos os cursos. Neste ano, somente 25% dos alunos de nível superior



Com perdas salariais de 63,9% os professores não tiveram outra opção a não ser parar

SILVIO FERRERIA

cursum universidades mantidas pelo Estado. O restante, por força da política educacional do governo, está entregue aos investimentos privados, quase sempre marcados fortemente pela ganância empresarial.

Outra importante frente de batalha que sustentamos é a democratização da universidade. Estes vinte anos de autoritarismo impostos à sociedade marcaram profundamente a universidade. O autoritarismo não é um aparelho centralizado de opressão, mas um exercício cotidiano que penetrou na universidade e se faz presente desde as mais simples situações vividas em salas de aulas até o processo de escolha dos reitores. Nossa luta visa a restabelecer a integral cidadania dos indivíduos em sua vida dentro dos limites universitários. Procuramos meios de participar, de eleger nossos representantes nos órgãos de direção e de manter uma representação paritária nas instâncias decisórias das instituições. Não foi por outra razão que houve greves recentes, por exemplo na Uni-

versidade Federal de São Carlos, na Universidade Estadual Paulista e na Universidade de Brasília.

A terceira dimensão de nossa luta é pelo feijão. A profissão de docente vem sendo destruída pela política de arrocho dos salários. Inúmeros são os professores que, com prejuízo para a qualidade dos serviços que prestam à universidade, são obrigados a procurar outras fontes de renda. Afinal, nos últimos dois anos e meio os professores federais autárquicos, reajustados anualmente — quando outras categorias já asseguraram o direito ao reajuste semestral —, tiveram perdas salariais acumuladas de 63,9%. Não tivemos outra alternativa a não ser desencadear uma greve. E, a se manterem as atuais posições do governo — a ministra da Educação encerrou as negociações, traindo compromissos anteriores assumidos com a ANDES —, a greve atual continua e outras greves inevitavelmente ocorrerão. É inegável que as greves prejudicam a vida estudantil e todo o desempenho acadêmico. Mas não se pode deixar de ver também que, nesta greve, os professores permanecem na universidade debatendo seus problemas e seu futuro. O movimento docente, com isso, dá mostras de que se está transformando na mais promissora perspectiva de que a universidade brasileira não ficará entupindo gavetas de trabalhos irrelevantes. Ele demonstra que os professores estão interessados em fazer seus os graves problemas de toda a população. Tal papel histórico, o de contribuir para a busca de respostas criativas, inovadoras e eficazes para debelar crises, exige feijão para as pessoas comprometidas com ele e condições reais para viabilizar o sonho dos que por ele lutam.

* Aloizio Mercadante Oliva é chefe do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior